

(Sobre)vivências no tráfico de drogas: Trajetórias de mulheres¹

Ivonete Pinheiro²

Édna Alencar³

RESUMO

Nos últimos anos o aumento do número de mulheres envolvidas no tráfico de drogas tem apontado para questões relacionadas a marcadores de gênero, raça e classe social. Considerando isso, esse trabalho analisa a trajetória de mulheres no tráfico de drogas partindo de duas premissas: a primeira que considera gênero, raça e classe como indissociáveis e a segunda que parte da problematização do pressuposto de que a presença de mulheres em atividades criminosas seria decorrente da imposição de seus companheiros afetivos sobre suas vidas. Buscamos através de suas narrativas conhecer como elas explicam/percebem sua atuação/inserção nesse tipo de atividade, e como os marcadores de gênero, raça e classe aparecem em suas falas – discriminadas como mulheres, negras e pobres -, na medida em que as atingem em conjunto com outros elementos, e configuram suas trajetórias de vida. Para viabilizar o estudo nos servimos da metodologia qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres que moravam na época no bairro da Sacramento-Belém, que se envolveram em algum momento com tráfico de drogas, independente da função que desempenharam, para analisar como elas justificam suas escolhas e os motivos que as levaram a enveredar na “vida bandida”. As conclusões apontam para o modo como elas negociam com as expectativas sociais acerca do “ser mulher” que transparece principalmente quando se referem a maternidade e as justificativas sobre sua inserção em atividades ilícitas pautadas nos discursos sobre manutenção familiar.

Palavras chave: Mulher, Tráfico de drogas, Gênero, Pobreza, Criminalidade

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

² Cientista Social formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestranda em Sociologia e Antropologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia- PPGSA/UFPA

³ Professora nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA; coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Populações Tradicionais, Identidade, Gênero e Ambiente (GEPTIGAM)

INTRODUÇÃO

Entre 2006 e 2014 o contingente de mulheres em situação de cárcere no Brasil aumentou em 567,4% de acordo com Departamento Penitenciário Nacional, até 2014 eram 37.380 presas, 68% por tráfico de drogas. No estado do Pará a tipificação de crimes cruzados com o marcador de gênero na sistematização de dados da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE) só foi incluída em 2016, onde consta que o tráfico de drogas é o motivo de 52,1% das prisões de mulheres.

Pensar as atividades criminosas relacionadas ao comércio de drogas que assim como inúmeros outros campos da esfera pública foram legitimados como sendo espaço de atuação predominantemente masculino nos colocamos as seguintes questões: Como é o processo de entrada de mulheres neste espaço? Quais regras específicas devem ser seguidas considerando-se do ponto de vista da identidade e da coerção social?

Sem cair no equívoco de analisar as relações baseadas sob uma perspectiva excessivamente biológica, mas também sem considerar as relações que se dão entre os sujeitos como exclusivamente socioculturais para a construção dos gêneros, optamos assim por trabalhar com a categoria proposta Joan Scott (1995): gênero como uma categoria mista, verdadeiro elemento formador das relações sociais que se baseiam nas diferenças entre os sexos e que atribuem significados às relações de poder. Partindo deste ponto, o uso o do termo ‘gênero’ sugere que qualquer informação sobre mulher é necessariamente informação sobre homem, ou seja, o estudo de um é o estudo de outro (SCOTT, 1995, p.75).

Discutir sobre gênero implica necessariamente tratar sobre a construção das identidades masculina e feminina, e tomando como ponto de partida as relações de gênero historicamente estabelecidas é importante perceber como essas sujeitas se posicionam tanto no campo de atuação de venda de drogas como em relação à outros sujeitos, assim a construção da identidade também é relação de poder na medida em que “suas práticas são resultado das representações que constroem acerca de si mesmos em relação ao meio social em que vivem e, portanto, às pessoas com as quais se relacionam” (PIMENTEL, 2008, p. 5)

O objetivo deste trabalho é compreender como mulheres que se envolveram na comercialização de entorpecentes, caracterizam sua participação na atividade, como se situam (ou se percebem) como participando de numa rede de tráfico de drogas e como

justificam suas escolhas por uma “vida bandida”⁴. O objetivo é também discutir a criminalidade feminina e suas especificidades chamando atenção para as estratégias de negociação e de inserção nessa atividade, que é um espaço considerado como tipicamente masculino. A partir da análise das entrevistas pretende-se compreender como ocorre a entrada e a permanência das mulheres na atividade, para identificar os papéis e os locais ocupados por essas mulheres envolvidas no tráfico. Também consideramos relevante analisar como as narrativas dessas mulheres contrariam um discurso sobre o feminino na medida em que frustram as expectativas, estereótipos e imagens construídos para definir o feminino, e estabelecer os lugares de atuação das mulheres.

Todas as mulheres que foram entrevistadas estavam em liberdade na época e o acesso a elas se deu graças ao fato de uma das autoras morar próximo da residência delas e ter ciência do envolvimento de duas delas no tráfico, as outras duas foram indicadas pelas primeiras, e em respeito aos pedidos das próprias sujeitas de não serem identificadas as informações foram dispostas de modo a preservar as identidades das interlocutoras, e para isso foram usados nomes fictícios. Todas as entrevistas ocorreram na casa delas em dia e horário estabelecido por elas. As entrevistas se configuraram de modo semiestruturado para conhecer como as mulheres justificam suas escolhas e os motivos que as levaram a enveredar por uma “vida bandida”. Foram realizadas quatro entrevistas em profundidade com mulheres com trajetórias distintas, residentes na cidade de Belém, no bairro da Sacramenta. As mulheres entrevistadas possuem trajetórias distintas no tráfico de drogas, entretanto há momentos em que suas histórias se cruzam, como por exemplo, as relações de poder dentro da atividade e a violência de gênero praticada por figuras masculinas detentoras de poder sobre elas que se personifica na pessoa do pai, dos companheiros afetivos e/ou da polícia.

Cada entrevista durou em média uma hora e meia e o foco principal foi a história de vida delas, uma vez que era necessário ter base para compreender quais elementos familiares, culturais, econômicos e sociais influenciaram e são expostos por elas como motivações para ingresso no tráfico de entorpecentes.

⁴ Termo utilizado por duas das entrevistadas para nomear situações que ocorreram em suas trajetórias relacionadas a suas práticas no tráfico de entorpecentes

TRAJETÓRIAS E AGÊNCIAS

O que ficou mais marcado em todas as entrevistas foi o esforço para falar das atividades desenvolvidas no tráfico de drogas, o que inclui porte e uso de armas de fogo, ameaças à consumidores e negociações constantes com a polícia e com todas as outras figuras que compõe o cenário do tráfico de drogas, de modo que conciliasse com suas posições de mães que em alguns casos são a principal provedora da família. Esse esforço nos ajuda a pensar sobre a construção da subjetividade dessas sujeitas e como elas se afirmam no espaço em que atuam.

Para desenvolver a pesquisa procuramos fazer uma seleção das interlocutoras que foi realizada de acordo com a disponibilidades destas de participarem da pesquisa, e que nos indicaram outras mulheres que em algum momento haviam participado do tráfico de drogas. Desta forma, não foi feito um recorte espacial de onde essas mulheres comercializaram entorpecentes, mas todas na época residiam no bairro da Sacramento, Belém, como consta abaixo.

Priscila, 25 anos, parda, um casal de filhos, ensino fundamental incompleto, atua no tráfico de drogas há nove anos com interrupções de no máximo oito meses ao longo desse tempo. Foi presa por tráfico uma vez, iniciou a venda de drogas aos quinze anos quando morou na rua na ilha de Mosqueiro após ser expulsa da casa dos pais (em Belém) por estar grávida. Após o nascimento de sua primeira filha Priscila se envolveu em relacionamentos afetivos com homens que já possuíam trajetória criminal (assim como seu atual cônjuge) o que segundo a própria entrevistada foi um fator que também influenciou na sua permanência na atividade. Sofreu tortura física e psicológica por parte da polícia. Atualmente além de vender, é usuária. Atuou no bairro da Sacramento, ilha de Mosqueiro e mais dois municípios do interior do Estado (que não foram revelados).

Ester, 32 anos, parda, quatro filhos, ensino fundamental incompleto, participou do tráfico de drogas por aproximadamente um ano. Durante toda infância e adolescência conviveu com o pai que além de vender drogas, era consumidor das mesmas e violento com a esposa, relatou que ingressou nas atividades ilícitas na tentativa de pagar a dívida auferida pelo marido com os traficantes do bairro da Sacramento que o ameaçaram de morte. Nunca foi presa. Sofreu violência física e psicológica por parte da polícia após ser denunciada e ter sua casa invadida pelos mesmos, vendeu somente na Sacramento.

Bárbara, 29 anos, morena, cinco filhos, ensino fundamental incompleto, iniciou a venda de entorpecentes aos dezoito anos quando estabeleceu relacionamento com o terceiro marido que já possuía experiência no comércio de drogas. Foi motivada pela aspiração de possuir bens como sandálias, comer bem e alimentar os filhos que moravam com a avó, tais fatores a motivaram a pegar sua própria droga e administrar a lado do marido que também fazia vendas, ou seja, ambos vendiam no mesmo ponto, mas administravam separadamente os lucros. Atua há aproximadamente 11 anos com interrupções esporádicas de até dois corridos anos sem vender, mas sempre com recomeços, foi presa por três vezes totalizando 33 meses de prisão aproximadamente. Sofreu diversos tipos violência policial até a tortura física. Comercializou na Sacramenta e em vários bairros da periferia de Belém.

Roberta, 28 anos, morena, um casal de filhos, ensino fundamental incompleto, justifica sua entrada na venda de drogas aos 25 anos devido às dificuldades financeiras impostas pelo desemprego dela e de seu marido. Atuou no comércio de entorpecentes por pouco mais de dois anos sem interrupções. Nunca foi presa. Sofreu diversos tipos de violência policial incluindo chantagens e tentativas de abuso sexual. Atuou somente no bairro da Sacramenta.

As trajetórias dessas mulheres se cruzam muitas vezes em pontos em comuns que se desenham por percursos de exclusão e violência, onde a ausência ou a deficiência de políticas públicas é fator gritante, o que gera uma repetição de acontecimentos sendo um deles a baixa escolaridade, que como observamos na descrição, todas possuem o ensino fundamental incompleto o que dificulta entre outras coisas o acesso a trabalhos formais e melhores condições de vida, e essa não priorização do trabalho e educação pelas políticas públicas, leva a uma cristalização e diminuição das possibilidades para melhores meios de subsistência, o que pode vir a ser um alargamento da possibilidade de uma determinada parcela social vê em atividades ilícitas, apesar de que esta não deve ser a única explicação, uma alternativa:

[...] o tráfico de drogas oferece àqueles que se encontram desqualificados, um posicionamento dentro do "mercado", com tentadoras propostas e a facilidade no acesso, bem como a desnecessidade de "experiência no ramo". As "lucrativas ofertas" e a possibilidade de ganhos "rápidos", que não são encontrados facilmente em outras "modalidades de trabalho", incitam a mulher a adentrar no crime, visando com esta prática aumentar sua renda "sem sacrificar" a família (DUTRA, s/d, p.10)

Embora a venda de drogas e a violência associada a ela esteja mais visível/evidente nos bairros periféricos, é necessário ter cuidado para não associar os índices das taxas de criminalidade com as áreas de periferia da cidade de Belém, tendo em conta que quando se observa processos de subjetivação, como é o caso aqui, é fundamental não restringir a análise a uma diferença de classe social, mas pensar do ponto de vista da identidade uma vez que esta é atravessada por outras variáveis como raça, gênero e território, por exemplo.

CONSTRUINDO A TRAMA NAS TEIAS DO TRÁFICO

As mulheres participam de forma ativa em atividades criminosas, entretanto a cristalização dos discursos acerca do feminino as colocam, muitas vezes, em uma posição marginalizada nesses acontecimentos, como discute Carvalhaes et al (2011), deste modo entendemos que construção/subjetivação de gênero é indissociável dos processos sociais. Ou seja, não devemos desconsiderar até que ponto os valores legitimados como “femininos” direcionam possibilidades e as escolhas realizadas por essas mulheres.

Neste sentido, o que se percebe na literatura consultada que aborda o tema dos crimes praticados por mulheres é que tratam sobre criminalidade feminina situando a mulher num lugar de hierarquia menor e explicando a inserção destas no mundo do crime⁵ como decorrente de relacionamentos afetivos com parceiros envolvidos em atividades ilícitas⁶. É evidente que não é adequado desprezar o papel dos homens (companheiros afetivos ou não) no envolvimento das mulheres no tráfico de drogas, entretanto este viés não deve ser centralizado e nem abordado como explicação unilateral para a atuação de mulheres em atividades ilícitas. Isto porque a ênfase na criminalidade feminina como decorrente de suas relações afetivas retira o protagonismo e reforça a invisibilidade feminina na prática de crimes violentos e de atividades ilícitas, (Barcinski, 2012). Assim, Carvalhes et al (2011, p. 3) alerta que afirmar uma suposta incapacidade das mulheres para exercer atividades ilícitas e/ou agressivas é alimentar e naturalizar estereótipos em torno da concepção social acerca do feminino que enfatiza características como fragilidade, sensibilidade, passividade. Além disso, é também negar as estatísticas que apontam o aumento da incidência de mulheres em atividades criminosas.

Considerando a existência de análises que não associam a violência e o crime como fazendo parte das representações acerca do comportamento feminino, nossa expectativa era que o discurso das entrevistadas fosse marcado por tensões e contradições,

⁵ O demarcador de crime que pensamos aqui é baseado na lei 11.343/06.

⁶ Ver: REIS; et al, 2018; PIMENTEL, 2008.

na tentativa de conciliar seus papéis como mulheres e como criminosas. Esses papéis se cruzam na medida em que elas buscam uma explicação ou justificativa para sua entrada e permanência no tráfico, como é possível verificar na fala de Priscila:

Eu me vi grávida aos quinze anos, e foi aí nesse período que meu pai me expulsou de casa porque ele queria que eu abortasse a criança, mas eu não quis, procurei o pai da minha filha e ele disse que não era dele, então eu fui obrigada a morar na rua.... Foi em Mosqueiro, e foi lá que eu comecei a adiantar droga para o traficante, então era mais ou menos assim: se eu vendesse vinte, cinco era minha e era com esse dinheiro que eu me alimentava na rua... e quando não dava para ter esse dinheiro eu ia ajudar os meninos a roubar porque eu precisava comer, eu estava grávida...eu tinha quinze anos... Naquele momento eu também tinha consciência que eu não queria que minha filha tivesse uma mãe nessa vida [...] (Registro de campo)

No exposição acima percebemos que a interlocutora conta ao longo da entrevista que se viu forçada a vender drogas como forma de reverter uma situação de vulnerabilidade marcada pela privação de condições de moradia e de alimentação, e como uma alternativa para superar a fome que passava nas ruas do distrito de Mosqueiro (umas das 42 ilhas pertencentes à Belém). Apesar da situação de extrema pobreza e vulnerabilidade que ela se encontrava fica evidente na sua fala uma certa culpa por estar grávida e ter sido expulsa de casa pelo pai, percepção essa que remete aos valores do grupo social no qual estava inserida. E nessa mesma trajetória é possível observar a multiplicidade de causas, além da situação de pobreza, tais como a violência sexual, a violência familiar e doméstica, a gravidez na adolescência que são fatores que se somam e podem ter contribuído para essa mulher buscasse outros caminhos. Como se observa também na fala de Roberta:

Quando eu vim morar para Belém, para cá pro beco, eu já me envolvi com meu segundo marido, e ja tinha dois filhos do meu primeiro marido que me batia muito, mas batia de espancar mana, aí eu vim embora porque não aguentava mais... aí eu trabalhava, ele não trabalhava eu que sustento ele até hoje (risos), mas aí um dia o rapaz onde eu trabalhava disse que não dava mais, foi que ficou desempregado nós dois... a mãe dele ajudava a gente, mas a gente não queria só comer, comer, precisava das coisas, ainda mais com duas crianças... foi aí que eu chamei ele e disse que eu não queria essa vida para mim, mas não tinha da onde tirar... foi aí que eu apelei para o mundo do crime, vender droga por precisão. (Registro de campo)

Nos dois relatos as mulheres atribuem como fator determinante para suas entradas no tráfico de drogas a falta de alternativas legais para acesso a renda e o apoio familiar e social, e na medida em que constroem suas narrativas é possível observar como a violência é um aspecto que integra suas trajetórias.

Em outro momento da entrevista Roberta afirma que fazia as embalagens e a mistura das drogas na frente dos filhos, e que essa era uma situação muito difícil porque

tinha consciência do perigo ao qual expunha as crianças, que além de presenciarem todo o processo de preparação da droga para a venda, também acompanhavam as negociações da mãe com a polícia e os sustos⁷ vivenciados constantemente.

Essa preocupação com os filhos também foi destacada por outra interlocutora que procurava usar estratégias para impedir que as crianças fossem envolvidas diretamente. Como ela vendia a droga em outro bairro, deixava os filhos com a avó (mãe dela):

naquela época era melhor assim, eu deixava eles com a mamãe e ia, de vez em quando eu vinha, mas também não faltava nada para eles, eu pegava bolada [...] essa vida é difícil, e criança perto só serve para atrapalhar, porque as coisas acontecem de repente”. Manter os filhos perto, na visão dela além de atrapalhar a comercialização, os colocava em contato com “esse mundo” e “eu quero ver eles estudar para fazer outras coisa [...] (Registro de campo)

Para Musumeci (2001) o crescente número de mulheres condenadas por tráfico de drogas está diretamente relacionado ao fato deles ocuparem, na maioria das vezes, posições subalternas na estrutura do tráfico, assim também como o fato de terem menos recursos financeiros para negociar com a polícia. Portanto, é necessário estabelecer uma espécie de “cooperação” com a polícia depois que o ponto de vendas é estourado⁸ pela primeira vez, para manter as vendas no local, tal como Roberta exemplifica:

Já fazia uma cara que eu vendia droga, aí um dia me denunciaram, sabe como é mana, denuncia anônima... aí de madrugada os ‘pela’ vararam aqui em casa, disseram que tinham me denunciado, que eu tava vendendo droga. Eu neguei claro, mas eles reviram tudo e acharam não só a droga, mas chamaram também mais de mil reais da droga que eu tinha vendido naquele dia... eles disseram que eu teria que pagar dois mil reais para eles no próximo domingo e que toda semana eu tinha que dar mil reais e se não pagasse eles iam me levar para delegacia, e eu não posso ser fichada, e meus filhos? Eu dei né, mas depois eu não dei conta de pagar toda semana e resolvi dar uma parada, aí toda vez eles vinham e eu dizia que não vendia mais, eles reviravam tudo, quebravam minhas coisas... mas eu não consegui porque me enrolei porque fiquei devendo o traficante que passa a droga e eles, por causa disso tive que me virar para pagar a droga que os ‘pela’ levaram porque senão eu morro [...] (Registro de campo)

A relação de tensão e de violência com a polícia é um marcador constate na fala de todas as mulheres. A polícia aparece sempre nas suas falas como aquela que extorque, que quebra as coisas, que implanta a droga, que intimida, que tortura, que negocia e tenta

⁷ Elas chamam de “susto” o momento em que a polícia invade o local de venda de droga, mas não leva ninguém para delegacia o que ocorre porque geralmente é feito um “acordo” (em dinheiro) entre as partes.

⁸ Elas usam a expressão “estourar a boca” para se referir ao momento em que o ponto de drogas é descoberto pela polícia. Estourar= descobrir. Boca= boca de fumo.

“fazer um acerto”⁹, que consiste no ato de negociar uma quantia em dinheiro para não serem levadas à delegacia. Assim, os relatos mostram que se elas forem levadas até a delegacia é porque não conseguiram pagar o valor semanal estabelecido por policiais, nestas circunstâncias é dado o flagrante que culmina na inserção dessas mulheres nas estatísticas do encarceramento em massa de mulheres negras¹⁰. E embora não seja a intenção central deste trabalho discutir o encarceramento em massa de mulheres, não podemos ignorar os dados estatísticos que se referem às prisões de mulheres por tráfico de drogas e mais, quem são as mulheres que respondem na justiça por esse tipo de crime.

“NINGUÉM É BANDIDO PORQUE QUER”

A expansão da economia do crime na sociedade belenense não difere tanto das outras áreas da Amazônia brasileira que é trânsito de droga intra fronteira do Brasil como também para outros países, ou seja, esta região não representa apenas um território de movimentação de droga, mas também um mercado de consumo em expansão, haja vista que o narcotráfico se materializa nas periferias das grandes metrópoles da Amazônia como Belém e Manaus (COUTO, 2010).

O tráfico de drogas é uma atividade conhecida por gerar lucros rápidos, que podem ser altos dependendo da função desempenhada por cada um dos agentes que atuam na rede do tráfico, e da quantidade de pessoas e “mercadorias” envolvidas. Esses fatores, como o lucro fácil, e a facilidade de inserção na rede, acabam por atrair homens e mulheres para a atividade como mão de obra barata e descartável para o tráfico (COUTO, 2010), e que nos leva a refletir sobre quais seriam os fatores que tornam o tráfico de drogas tão atraente para uma parcela específica da população, que são as mulheres, de várias idades. Neste sentido Demo (1996, p.3), em sua análise sobre esse tema afirma que “os novos parâmetros da produtividade permitem que a riqueza cresça, sem crescer a inserção das pessoas no sistema produtivo. Como iriam viver as maiorias que não podem auferir renda pelo emprego ou trabalho?”.

Assim, quando Alba Zaluar (1985, p.53) afirma que “ninguém é bandido porque quer”, e que o processo faz parte de uma multiplicidade de fatores - tais como a falta de

⁹ Elas utilizaram a expressão “fazer um acerto” para se referir às negociações entre elas e a polícia para que não fossem levadas até à delegacia. O “acerto” implica na manutenção ou não do ponto de venda de drogas. Este aspecto nos leva a outra discussão: a violência institucional sofrida por essas mulheres, que pode ser tratada de forma mais direta e cuidadosa em outro trabalho.

¹⁰ O encarceramento em massa é das pessoas negras em geral como é possível observar no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em 05.03.2018

assistência do governo, o aumento da pobreza entre a classe trabalhadora, a existência de uma polícia corrupta, as atrações e as facilidades de inserção nas redes do tráfico -, a autora não está defendendo que a pobreza por si só é fator decisivo que encaminha o sujeito para a criminalidade. Ela defende que é necessário levar em conta uma gama de fatores para que a discussão alcance a profundidade que merece.

As motivações para inserção das mulheres no tráfico de drogas são diversas, passam por questões financeiras, por envolvimento afetivos, marginalização social, desemprego, baixa escolaridade, o que nos remete a pensar principalmente na variável pobreza e na feminização da pobreza¹¹ como um marcador importante. Nos casos aqui analisados foi observado que as mulheres buscaram sempre justificar sua inserção na atividade ilícita a necessidade de garantir a manutenção familiar. Assim, mulheres envolvidas em crimes tendem a enfatizar sua função de cuidadora e seu envolvimento ocorre frequentemente tentativa de proteger suas relações pessoais e afetivas. Neste sentido a separação e/ou desintegração familiar também foi colocada como um dos principais motivos para a saída de duas delas do tráfico de drogas, o que se concretiza no medo da prisão e conseqüentemente do afastamento dos filhos.

Mulheres negras são a maioria no sistema carcerário feminino e a maior causa das prisões está relacionado com o tráfico de drogas¹². Vender droga, ser mulher, ser pobre e negra são quatro variáveis que podem nos ajudar a compreender como se constroem os processos sociais e de subjetivação das sujeitas integradas no tráfico de entorpecentes. Portanto, é necessário discutir as interdependências como os fatores gênero, raça e classe colaboram para o encarceramento em massa de mulheres e que conseqüências diretas isso traz para a sociedade considerando que a grande maioria das mulheres em situação de cárcere estão em idade economicamente ativa¹³- de acordo com o relatório da SUSIPE de dezembro de 2017¹⁴, 81% das mulheres em situação de cárcere possuem entre 18 e 34 anos- o que a curto prazo traz conseqüências diretas para o mercado de trabalho formal, por exemplo, além de fazer a manutenção de um processo histórico de violência e exclusão no que diz respeito à população negra como um todo.

¹¹ Ver Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil, IPEA, 2005.

¹² Infopen, 2014.

¹³ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define como idade economicamente ativa a faixa etária entre 15 a 64 anos.

¹⁴ Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1VDeg7G5cAwbrB2rT7RCcgfcl_DNc-TGP/view

Deste modo, entendemos que a repetição dos dados estatísticos é a repetição da história de uma parcela específica da população, cabe-nos indagar portanto, por quê as mulheres negras são a maioria nas prisões (femininas)¹⁵ e por quê o tráfico de drogas tem crescido de forma tão acelerada nos últimos anos¹⁶. Neste sentido, a teoria interseccional pode nos ajudar a pensar sobre o processo que essas mulheres estão inseridas, haja vista que “o enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE 2009, p. 70 apud HIRATA, 2009, p. 63) Deste modo, a teoria interseccional torna possível observar as situações de invisibilização das mulheres negras que, graças ao racismo, estão submetidas a mais de um eixo de desigualdade.

RELAÇÕES DE GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA POLICIAL

A situação de exclusão social e de subalternização das mulheres está pautada em uma série de fatores históricos e podem ser considerados como razões que alimentam a violência – de gênero, racial e institucional - e a manutenção desta situação. Deste modo, o tráfico de drogas tem se apresentado como um lócus de observação de situações de afirmação da masculinidade dominante e, conseqüentemente, no reforço e perpetuação de valores e estereótipos de gênero considerados inteligíveis (CARVALHES 2011). Os estereótipos – tais como a frieza, ousadia, desequilíbrio, vaidade, hipersexualidade – estão presentes nos discursos que se referem- às mulheres que enveredam pela criminalidade com adjetivos que visam descaracterizar a potência das ações cometidas por elas – sua capacidade de agencia enquanto indivíduo -, e desviar o foco da atenção para o que realmente está em questão: o crime (FARIA,2010). Ou seja, ao adentrar na rede de atividades ilícitas as mulheres além de lidar com o papel de criminosas também carregam o peso dos atributos da feminilidade.

As relações de gênero que se dão no contexto das redes de tráfico de drogas não estão isentas da presença de valores patriarcais, pelo contrário, estes valores mostram-se bastante evidentes no contexto dessa atividade. O que fica evidente à medida que as mulheres muito raramente desempenham papéis centrais no tráfico de droga. Esta marginalização fica evidente quando observamos que geralmente são os homens que

¹⁵ Ver BORGES, Juliana, 2018.

¹⁶ Ver FIGUEIREDO et al,2017; COUTO, 2010 e KARAM, 2015

ocupam os papéis centrais e de liderança enquanto a maioria das mulheres desempenham papéis considerados menos importantes, como por exemplo o de “mulas” (que faz o transporte da droga de um local à outro). Portanto a existência de mulheres que sejam vistas como líderes nesse setor apresenta-se como exceção, e quando elas desenvolvem papéis de liderança são obrigadas a recorrer, em alguns momentos, à proteção de uma figura masculina para obterem respeito, principalmente por parte dos usuários masculinos. Segundo, porque elas são obrigadas a seguir regras específicas no exercício da atividade para serem respeitadas, como por exemplo, estar sempre acompanhadas de um homem nos momentos em que estiverem realizando as vendas noturnas e as cobranças.

Durante a pesquisa nos chamou a atenção o fato das mulheres que aceitaram participar desta pesquisa em nenhum momento utilizaram do termo “traficante” para designarem a si mesmas. Trata-se de um termo associado a uma identidade que está carregada de preconceitos e estigmas. Apesar de uma delas ter admitido que gostou de experimentar o poder e o respeito de ser (re)conhecida como traficante, três delas afirmaram que preferiam não ser (re)reconhecidas como tal, buscando caminhos de se justificar sempre sobrepondo seus papéis de lideranças familiares. Nas relações familiares a violência doméstica aparece de forma constante na fala de todas as mulheres, e que tem como autores principais figuras masculinas, principalmente maridos e pais, e na esfera pública está a violência praticada pela polícia.

Os relatos de violência policial nos chamou a atenção pelo fato de envolver não apenas a violência física como também a violência verbal, psicológica e até sexual. O tratamento destinado a elas pela polícia no momento das abordagens ocorre no sentido não só de deslegitimar sua condição de traficante, como também de menosprezar sua condição de mulher, que fica evidente com o assédio sexual praticado com frequência, como expõe Ester:

[...] A casa caiu, só que nesse dia a gente não tinha nada, aí foi que a gente foi para viatura... aí a gente ficou rondando, rondando, ele pediu mil aí eu falei que eu não tinha esse dinheiro, depois pediu novecentos reais e foi baixando, baixando eu sei que ficou nos quinhentos aí eu peguei falei realmente eu não tenho esse dinheiro, eu falei que ia correr atrás, isso era mais ou menos negócio de umas duas horas da manhã [...] aí ele deixou meu marido na viatura aí um deles veio me encurralou num canto escuro... aí eu falei para ele porque o senhor está me levando para cá se a minha casa é pra li? Ele pegou falou para mim olha a gente vai negociar, ele falou eu quero negociar contigo, aí começou... foi que ele começou a pegar no meu peito, começou pegar nas minhas partes dizendo que era para mim tipo... pra mim transar com ele para

ele liberar eu e a cara do meu marido porque se eu não fizesse aquilo ele ia me jogar numa cadeia e não queria nem saber dos meus filhos, aí foi que eu chorando eu falei que não, que não era para ele fazer isso pelo amor de Deus, e falei se eu fizer isso vocês vão deixar a gente mesmo vocês não vão levar a gente? Ai ele falou que não, só que a condição era que eu teria que fazer com os três, ele e os outros [...] (Registro de campo)

Todas as mulheres que fazem parte desta pesquisa já sofreram algum tipo de violência e/ou extorsão por parte da polícia. Observamos nos relatos que o ciclo de violência sempre se encerra, ou é interrompido temporariamente, com a morte de pessoas as quais elas se ligam afetivamente, como maridos, irmãos ou com sua prisão. Outro dado pertinente é que a consolidação de uma “boca de fumo” (ponto de comercialização de drogas) em um determinado local quase sempre envolve processos de negociação direta com a polícia que extorque dinheiro em troca da continuação das vendas como se observou na fala de Bárbara:

aí foi que eu vendi uma vez duas pedras para um menino lá... quando eu vi chegou a imprensa lá, eu falei o que foi? Ele falou ta aqui ela, confirma que ela que tava vendendo droga, eu disse não, eu não tava vendendo droga... eles pegaram dezoito peteca em cima da geladeira eu que vendia, e o dinheiro tava marcado da polícia...só eu apanhando, me deram tapas... eles me levaram e falaram para o Jerry, faz o corre aí para soltar ela, quanto é? Eles disseram olha é dois mil para soltar ela [...] (Registro de campo)

Apesar de duas das entrevistadas terem dito que a relação com a polícia foi um motivo impulsionador para sua saída do tráfico de drogas, nem todas caracterizaram os atos policiais como sendo violência, como percebemos na fala de Barbara quando ela relata sobre o momento que “a casa caiu”: “eles botaram o terror, mas é o serviço deles né?¹⁷”.

Foi observado que na maior parte do tempo as mulheres desempenham suas atividades de forma independente, ou seja, sem a presença de uma figura masculina, entretanto elas relataram que recorrem à ‘ajuda’ masculina em alguns momentos específicos como, por exemplo, quando ocorre uma abordagem policial, uma atuação noturna e quando “a casa cai”, como relatou uma das entrevistadas. Outro momento está relacionado a cobranças de dinheiro dos usuários, pois segundo Roberta se não houver um homem ao lado “tem viciado que quer não respeitar, não quer pagar”. Sobre esse assunto, Roberta exemplificou da seguinte forma:

¹⁷ Registro de campo

“Eu não tinha medo de pegar ferro¹⁸ e colocar na cara do viciado para ele me pagar, mas às vezes tinha que ter um homem para evitar enxerimentos porque eu sou mulher e tem certas coisas que não dá né? Como no dia em que fui cobrar oitocentos reais de um cara e ele não botou fé que eu não tava pra brincadeira (...)” (Registro de campo)

A partir do exposto acima, o tráfico de drogas se apresenta como um lócus de afirmação da masculinidade dominante, masculina, e conseqüentemente na afirmação e perpetuação de certos estereótipos de gênero considerados inteligíveis (CARVALHES, 2011). E ao contrário do que se poderia pensar, estão homens e mulheres à margem da lei e na mesma situação de exclusão e opressão, as figuras femininas são alvos de constrangimentos e violências específicas, onde as discussões de gênero cabem porque as mulheres ao adentrarem na criminalidade se submetem a regras informais especiais pelo fato de serem mulheres, e no caso de serem negras isso pode se agravar e/ou criar outros mecanismos de opressão e marginalização dessas sujeitas que mais uma vez podem se dar tanto em relação as outras pessoas inseridas na atividade como do Estado representado pelas instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O engajamento de mulheres em atividades criminosas, notadamente o tráfico de drogas, tem sido associado às práticas masculinas na criminalidade. Suas atuações têm sido reduzida a seus relacionamentos com parceiros afetivos que lhe influenciam, manipulam e as “obrigam” a entrar e permanecer na atividade. Sem desconsiderar a importância de analisar também a influência dos sujeitos masculinos, parceiros ou não, para a entrada e permanência das mulheres no tráfico, é necessário observar que a leitura unilateral do fenômeno social retira o protagonismo e reforça a invisibilidade feminina, além de situar a mulher como objeto de manobra, incapaz de decidir sobre sua própria vida, mesmo que nas circunstâncias mais adversas.

A complexidade do fenômeno da criminalidade feminina é perceptível nos discursos contraditórios das mulheres que aqui foram apresentadas que ora se apresentam como agentes principais de suas próprias trajetórias e em outros momentos se colocam como dependentes e vítimas de sujeitos masculinos, dependentes porque em muitos momentos demonstraram que necessitam da figura masculina para desenvolver algumas atividades ao mesmo tempo em que os homens também aparecem principalmente como

¹⁸ Arma de fogo

sujeitos violentos e centrais nos relatos sobre violência doméstica familiar que perpassam pela vida de todas elas. Disso, podemos refletir sobre como se delineiam as relações de poder no tráfico de drogas, este que pode ser exercido por mulheres desde de que dentro de fronteiras estabelecidas por prerrogativas masculinas. Pode haver mulher traficante desde que ela siga à risca as regras do jogo estabelecidas por quem concentra mais poder, neste caso os traficantes maiores e a polícia.

A complexidade também diz respeito à maneira como elas jogam com as expectativas sociais acerca do “ser mulher” que transparece principalmente quando se referem a maternidade e as justificativas sobre sua inserção em atividades ilícitas pautadas nos discursos sobre manutenção familiar, e quando relatam acerca de suas atuações no tráfico se desgarrando das falas dóceis e maternais para demonstrar como impõe respeito para vender e cobrar no comércio de entorpecentes.

Portanto, as análises que sob uma perspectiva unilateral estudam sobre a criminalidade feminina baseada na “obvia” influência masculina ignoram as iniciativas pessoais e colocam na posição de sempre vitimadas por homens, além de reforçar de algum modo a imagem feminina historicamente construída da mulher como naturalmente dócil, passiva e submissa, menos capaz de praticar comportamentos violentos.

Há alguns pontos que gostaríamos de ter discutido com mais atenção neste trabalho como, por exemplo, como raça se interseccionaliza com pobreza, crime e gênero, outro ponto é sobre a violência institucional cometida por policiais contra mulheres, na maioria dos casos negras. Estes pontos serão discutidos em artigos posteriores e na minha dissertação de mestrado, uma vez que os limites deste trabalho não nos permite tratar de todos dos temas de forma profunda.

REFERÊNCIAS

1. BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5):1843-1853, 2009
2. BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2): 577-586, 2009.
3. BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. *Contextos Clínicos*, vol. 5, n. 1, janeiro-junho 2012.
4. CARVALHAES, Flávia Fernandes de; TONELI, Maria Juracy . Rainhas do tráfico de drogas: imagens de poder. 2011 Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011.
5. COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Narcotráfico na Metrópole: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA- UFPA, Belém, 2010.
6. DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. São Paulo, Editora Autores Associados, 1998.
7. DUTRA. Thaíse Concolato. A criminalidade feminina com relação ao tráfico de drogas, frente à lei 11.343/06. s/d. PUC- Rio Grande do Sul.
8. FARIA, T. D. Mulheres no Tráfico de Pessoas: vítimas e agressoras. *Cadernos Pagu*, Campinas, V. 31, Jul/Dez, p.151-172, 2008
9. FARIA, Thaís Dumê. A mulher e a criminologia: Relações e paralelos entre a história da criminologia e a história da mulher no Brasil. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, 2010.
10. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1996.
11. GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
12. HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações SOCIAIS. *TEMPO SOCIAL, REVISTA DE SOCIOLOGIA DA USP*, V. 26, N. 1
13. LIMA, Laisa Dannielle Feitosa de. *Mulher e tráfico: A afetividade presente nas ações de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas*. UFCG. 2015.
14. MOURA, Maria Juruena de. *Porta fechada, vida dilacera: Mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará*. Fortaleza. 2005.

15. MUSUMECI, Bárbara. Mulher e violência no sistema de justiça criminal. Rio de Janeiro: Trabalho e sociedade, ano 1, n.2, p.3-8, dez.2001.
16. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e realidade, vol.20, n.2, jul/dez, Porto Alegre. 1995.
17. WERNECK Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (Orgs). Mulheres Negras Na Primeira Pessoa. Redes Editora. Porto Alegre. 2012.
18. ZALUAR, A. A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
19. SEN, Amartya K. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
20. IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil, IPEA, 2005.
21. BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando,2018.
22. KARAM, Maria Lucia. Drogas: legalizar para respeitar os direitos humanos. Texto apresentado na conferência de abertura do Seminário Redução de Danos: Saúde, Justiça e Direitos Humanos, Salvador- Ba, Agosto de 2015
23. FIGUEIREDO, Regina; FEFFERMANN, Marisa; ADORNO, Rubens (orgs). Drogas & Sociedade Contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017